



## A história de minha avó e a força feminina que transcende o tempo

Claudia Suely Barreto Ferreira<sup>1</sup> 

### RESUMO

Neste texto, narro minhas memórias de infância na zona rural da Chapada Velha, Bahia. Destaco a força e a resiliência da minha avó, que entendo como símbolo de resistência feminina. Descrevo minha percepção sobre a trajetória dela: mulher que, apesar das convenções patriarcais, buscou ampliar seus horizontes, mesmo que em alguns momentos tenha cedido às pressões sociais da época. Relembro também práticas de acolhimento comunitário promovidas por minha avó, que fortaleciam a ideia de sororidade e proteção feminina no contexto do povoado em que vivia. Entendo o entrelaçamento entre a história de vida da minha avó e a transformação social feminina ao longo das décadas, destacando alguns desses marcos. Ainda assim, compreendo que a visão de feminismo era recebida de forma ambígua por ela, que o percebia através de estereótipos da época. Minhas memórias são marcadas pela relação de proximidade entre nós e pelo impacto de perdê-la. Nessa perspectiva, reforço a importância de ler o diário de memórias que minha avó escreveu, o qual me proporcionou uma nova compreensão de suas vivências, ajudando-me a ressignificar meu próprio luto diante da sua morte.

**Palavras-chave:** Avó, Mulher, Zona Rural.

## The story of my grandmother and the feminine strength that transcends time

### ABSTRACT

In this text, I recount my childhood memories in the rural area of Chapada Velha, Bahia. I highlight the strength and resilience of my grandmother, whom I regard as a symbol of female resistance. I describe my perception of her journey: a woman who, despite patriarchal conventions, sought to broaden her horizons, even though at times she yielded to the social pressures of her era. I also recall practices of community care, promoted by my grandmother, which reinforced the idea of sorority and female protection within the village where she lived. I understand the inter-weaving of my grandmother's life story with the broader transformation of women's social roles over the decades, noting key milestones. Even so, I recognize that her perception of feminism was received ambiguously, as she viewed it through the stereotypes of her time. My memories are marked by the closeness between us and by the impact of losing her. From this perspective, I emphasize the importance of reading the memory diary she wrote, which offered me a new understanding of her experiences, helping me to reframe my own grief in the face of her passing.

**Keywords:** Grandmother, Woman, Rural Area.

## La historia de mi abuela y la fuerza femenina que transciede el tempo

### RESUMEN

En este texto narro mis recuerdos de infancia en la zona rural de Chapada Velha, Bahía. Resalto la fuerza y la resiliencia de mi abuela, a quien considero un símbolo de resistencia femenina. Describo mi percepción sobre su trayectoria: una mujer que, a pesar de las convenciones patriarcales, buscó ampliar sus horizontes, aunque en algunos momentos cediera a las presiones sociales de la época. Recuerdo también las prácticas de acogida comunitaria, promovidas por mi abuela, que fortalecían la idea de sororidad y protección femenina en el contexto

---

<sup>1</sup> Doutora em Enfermagem e Saúde, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente do Curso de graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, BA, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Mazagão, 400, Condomínio Residencial Maria Quitéria, Mangabeira, Feira de Santana, Bahia, Brasil, CEP: 44056-380. E-mail: [csbferreira@uefs.br](mailto:csbferreira@uefs.br).



del poblado donde vivía. Entiendo el entrelazamiento entre la historia de vida de mi abuela y la transformación social de las mujeres a lo largo de las décadas, destacando algunos hitos. Aun así, reconozco que su visión del feminismo era recibida de manera ambigua, pues lo percibía a través de los estereotipos de su tiempo. Mis recuerdos están marcados por la relación de cercanía entre nosotras y por el impacto de perderla. Desde esta perspectiva, refuerzo la importancia de leer el diario de memorias que mi abuela escribió, el cual me proporcionó una nueva comprensión de sus vivencias, ayudándome a resignificar mi propio duelo frente a su partida.

**Palabras clave:** Abuela, Mujer, Zona Rural.

Esta é uma narrativa de natureza autobiográfica, em que, ao revisitar minhas próprias memórias, busco compreender como a trajetória de minha avó revela expressões de resistência feminina, sororidade e ressignificação do papel da mulher no contexto rural da Chapada Velha, Bahia.

A escrita de si, conforme Josso (2004), constitui-se como um processo formativo, no qual o sujeito se descobre e se transforma ao narrar suas experiências. Nessa perspectiva, a memória se torna instrumento de análise e de autoconhecimento, articulando o individual e o coletivo. Coaduno com a perspectiva de Delory-Momberger (2008), quando a autora enfatiza que a pesquisa autobiográfica não se limita ao relato pessoal, mas busca compreender o sujeito em sua historicidade e nas redes de sentido em que está inserido. Assim, ao narrar minhas lembranças de infância e a trajetória de minha avó, assumo a escrita autobiográfica como caminho metodológico, compreendendo que, ao reconstruir o vivido, também produzo conhecimento sobre a experiência feminina, a memória familiar e o contexto rural da Chapada Velha.

Minhas memórias de infância, relacionadas à zona rural, remetem à natureza imersa no sertão nordestino, especificamente na Chapada Velha, na região serrana de Barra do Mendes, na Bahia. Essas lembranças afetivas me levam de volta àquela casa cercada por serras, onde as flores eram chamadas de “Bom-dia” durante o dia e, ao entardecer, recebiam o nome de “Boa-noite”.

De acordo com Souza e Lorenzi (2005), essas flores correspondem à vinca (*Catharanthus roseus*), uma planta perene de origem tropical, com flores que podem apresentar diversas cores, como branco, lilás, rosa e vermelho. Essa espécie floresce durante todo o ano, abrindo-se pela manhã e fechando-se ao entardecer.

Para mim, naquele espaço, tudo era visto de forma positiva; as flores seguiam essa mesma tendência, refletindo meus sentimentos.

O aroma ao redor era cítrico, uma mistura encantadora proporcionada pelas pitangueiras, laranjeiras e limoeiros que também rodeavam a casa. Os sons dos pássaros predominavam, especialmente o canto dos canários, mas o que mais me animava era ouvir as galinhas-d’angola ecoando “tô fraco”, o que parecia um convite para correr atrás delas pelos





terreiros de terra avermelhada. Quando iluminada pelo sol, essa terra ganhava um tom vibrante e, molhada pela chuva, exalava um cheiro de “aconchego” que, até hoje, não consigo descrever.

**Figura 1** – Povoado do Spínola em Barra do Mendes, cidade situada na Chapa Velha - Bahia



**Fonte:** Arquivo da autora (2025).

As memórias de infância carregam uma sensação de imensidão: as casas, as cercas, o plantio, as serras. As pessoas, por sua vez, parecem realmente grandes nesse cenário. Há uma infinidade de sentimentos que se formam a partir de vivências únicas e indescritíveis, que, de forma sutil, me ensinaram a ressignificar essas memórias, percebendo que, no cotidiano de uma mulher que vive no campo, há muita resistência.

Trago nas minhas memórias de infância, na zona rural da Chapada Velha, duas pessoas enormes na imensidão das minhas saudades: meus avós. Entretanto, tenho pensado especificamente na minha avó, mulher não originária da zona rural, mas que por lá viveu por cerca de trinta anos e que, ao fazer esse movimento de êxodo rural inverso, emergiu em uma busca incessante pela ressignificação de seus anseios de vida.

Minha avó, assim como muitas mulheres dos anos 1960, provavelmente achava sensato abdicar de seus próprios sonhos para se encaixar às imposições sociais. Uma sociedade conservadora, moralista e fortemente ligada aos valores familiares orientava as mulheres a seguirem as aspirações de seus maridos, companheiros ou pais.

Um parêntese importante: em 1962, foi promulgado o Estatuto da Mulher Casada (Brasil, 1962), que permitiu que as mulheres casadas pudessem trabalhar sem a autorização do marido, além de garantir direitos à herança e à guarda dos filhos em caso de separação. Essa foi uma conquista significativa na época.





Minha avó foi uma normalista. Nesse caso, o termo refere-se à pessoa que estudou em uma Escola Normal, instituição que preparava professores para o antigo curso primário. Ela se formou na Escola Normal e Ginásio Estadual de Feira de Santana, fundada pelo Decreto-Lei n.º 8.530/02/01/46 (Brasil, 1946). Concluiu o curso em 10 de dezembro de 1946, no mesmo dia em que se casou com meu avô.

Tornar-se professora representava grande valorização social, sendo uma forma de realizar sonhos e de elevar o prestígio familiar. Barros e Almeida (2001) destacam que, à época, as professoras primárias eram muito respeitadas, citando como exemplo desse prestígio o fato de possuírem lugares reservados em espaços públicos.

Logo após sua formatura, minha avó conseguiu um emprego como professora primária em uma cidade pequena. Lá, lecionava enquanto o marido permanecia na zona rural, trabalhando na lavoura. Essa situação durou cerca de três anos, até que ela desistiu da carreira para dedicar-se ao marido, à casa e aos filhos.

Acredito que essa decisão tenha ocorrido em razão das pressões sociais, pois, como bem descrevem Passos e Guedes (2022, p. 170), “[...] a trajetória das mulheres é marcada por pressões e opressões dentro e fora dos seus lares; a elas era negada uma existência fora do lar”. Assim, com base nos papéis socialmente instituídos, delinear-se funções assimétricas entre os sexos, consagrando uma divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, corroboro Saffioti (2013), quando a autora menciona:

Entre as décadas de 1950 e 1960, era comum que mulheres abdicassem de suas carreiras para se dedicar exclusivamente aos cuidados do lar e da família, um padrão socialmente aceito e esperado. Essa dinâmica era fortemente influenciada por ideais patriarcais, que reservavam aos homens o papel de provedores e às mulheres o de cuidadoras, refletindo uma divisão sexual do trabalho desigual e desfavorável para as mulheres (Saffioti, 2013, p. 351).

Ser mulher, mãe, esposa, dona de casa e viver longe da família de origem exigia resignação. No caso da minha avó, isso não foi suficiente. Ela foi além e buscou a sororidade, que, nesse contexto, “[...] refere-se à união e ao apoio mútuo entre mulheres, reconhecendo suas experiências e lutas comuns” (Becker; Barbosa, 2021, p. 245). Sem dúvida, foi uma forma de ressignificar sua existência naquele novo espaço, inicialmente compreendido como um não lugar para ela, marcado pela desesperança de uma vida solitária e sem protagonismo.

Além de desempenhar os papéis tradicionais de cuidadora do lar, mãe e esposa, minha avó fazia esculturas em pedras, nas quais expressava seus sentimentos e vivências cotidianas. Recordo-me das inúmeras vezes em que me retratou brincando. Fui sua modelo nos bons





momentos em que ela encontrava tempo para sentar-se na varanda e esculpir. Muitas vezes, percebi que sua arte simbolizava a natureza, as mulheres e as crianças, especialmente as mães com seus filhos. Assim, as pedras, silenciosamente, contavam a história de sua vida.

**Figura 2** – Minha avó Célia no Povoado do Spínola fotografia da década de 1980



**Fonte:** Arquivo da autora (2025).

Na época em que minhas memórias alcançam, ela já havia perdido três dos cinco filhos que teve: uma ao nascer, devido a uma cardiopatia congênita; outra, aos 6 anos, em decorrência da leucemia; e o terceiro, já adulto, vítima de um infarto fulminante.

Recentemente, soube que ela só descobriu o diagnóstico de leucemia da filha quando a recebeu, sem vida, nos braços, envolta em um cobertor. Meu avô, por sua vez, preferiu acompanhar o tratamento da filha, cuidando de tudo sozinho e em silêncio. Ele atribuía à minha avó uma fragilidade que, como neta, jamais percebi.

Minha avó perdeu pais, filhos, irmã e o companheiro com quem viveu por 70 anos. Mesmo assim, permaneceu forte e resiliente, acolhendo a família nos momentos mais difíceis. Para ela, o ato de acolher tinha um significado profundo: era tanto um espaço de refúgio, proteção e conforto quanto uma condição para o diálogo, sempre valorizando a palavra do outro. Essa prática era comum em sua rotina.

Vovó era comadre de uma quantidade expressiva de mulheres no povoado do Spínola. No Nordeste, o termo “comadre” tem um significado especial: além do vínculo espiritual que nasce do convite dos pais de uma criança para batizá-la, também é usado de forma informal para se referir a uma amiga próxima, alguém com quem se tem uma relação de grande confiança – quase como uma família.





Minha avó ajudava e acolhia essas mulheres em sua casa, especialmente aquelas que precisavam de repouso na gestação avançada ou no pós-parto, período que, na época, chamávamos de resguardo ou quarentena.

O povoado em que meus avós residiam era de difícil acesso: a estrada era de terra, havia muitas curvas e pouca iluminação. Era necessário percorrer 20 km até a cidade mais próxima, onde se ofertavam alguns serviços de saúde que, à época, representavam grandes desafios. As mulheres, em geral, pariam em casa com o auxílio de parteiras, definidas como mulheres que desempenhavam um papel crucial por cuidarem da gestante durante a gestação, o parto e o puerpério, utilizando-se dos conhecimentos tradicionais e empíricos (IPHAN, 2021).

Minha avó não foi parteira. Era, antes de tudo, uma acolhedora. Sua casa, sempre cheia de aves, ovos, hortalças, frutas e uma ou outra vaca leiteira, oferecia alimento e aconchego às mulheres que buscavam ali repouso. Recebia as parturientes com a parteira do povoado, abria espaço, oferecia calor. Em sua generosidade, repartia o pouco, como se fosse abundância.

Lembro-me bem de uma história no povoado do Spínola. Minha avó decidiu confiar o cuidado de suas aves a uma senhora recém-chegada, mãe de muitos filhos e dona de quase nada. Pouco tempo depois, espalhou-se a notícia de que as aves estavam morrendo, vítimas de um mal desconhecido. O povo dizia: era o mal do “Kiau”. Eu, criança, estremeci. Que doença terrível seria essa?

Diante do meu medo, minha avó me chamou, e com a ternura que lhe era própria, explicou: o mal do “Kiau” não atingia as aves, mas, sim, a família que as cuidava. O nome, em verdade, era outro: chamava-se fome.

Os laços com aquela família recém-chegada se estreitaram tanto que, nas festas juninas, tornei-me afilhada de fogueira da nova moradora. No Nordeste, ser “afilhada de fogueira” é mais que um gesto simbólico: é saltar sobre o fogo e selar uma aliança de confiança e afeto. É transformar estranhos em parentes, amigos em família.

Hoje, ao me recordar, vejo esse gesto de minha avó como algo maior do que solidariedade: vejo a certeza de que uma mulher pode estender a mão a outra nos momentos mais difíceis, sem perguntas, sem reservas, apenas com a certeza de que acolher é também resistir.

Minha avó também acolhia aquelas mulheres que sofriam violência doméstica ou ameaças de seus companheiros. Ser acolhida na casa da “comadre Célia” era uma forma de proteção imediata, uma saída rápida das ameaças e uma garantia de que pessoas queridas estavam ali para ajudar, pelo menos por um tempo, a evitar que um feminicídio se concretizasse.







Os mecanismos de proteção às mulheres eram frágeis. A Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), que veio para prevenir e combater a violência doméstica, só foi criada em 2006. Sabe-se que a mulher que inspirou a discussão e a criação dessa lei sofreu a primeira tentativa de feminicídio em 1983, um sinal claro do quanto muitas mulheres sofreram sob uma sociedade patriarcal e desigual.

Quanto às minhas memórias, lembro-me de que sentia medo das mulheres que estavam escondidas na casa dos meus avós. Achava que elas precisavam ficar lá porque representavam algum risco, sem entender que, na verdade, estavam sendo privadas de um lar, da companhia de filhos e familiares.

Na minha inocência, não percebia que elas eram vítimas de uma sociedade que questionava seus direitos, tratando-as como propriedade de alguém: um bem pouco valorizado e facilmente descartado por homens, algo que, por muito tempo, foi socialmente aceito. Ramos (2012, p. 55) enfatiza que “[...] os discursos jurídico e social, munidos de suas técnicas, produziram uma forma de pensar a mulher como um sujeito inumano, o que, consequentemente, cerceou e confinou as mulheres ao espaço do controle, da vigilância e da anulação”.

Minha avó, à sua maneira, defendia os direitos femininos, embora, em seu discurso, dissesse não se considerar feminista e chegasse a se assustar quando eu, já adulta, afirmava ser uma mulher feminista. Percebo que ela associava o feminismo aos estereótipos da mulher radical em seus atos e palavras. Além disso, “[...] havia ainda a visão deturpada e prevalente na década de 1970 sobre a feminista feia e mal-amada”, como descrevem Sobreira e Cordão (2025). Minha avó jamais teria me visto como feminista, mesmo que eu o fosse e atribuisse a ela o aprendizado que sustenta minhas convicções. Nunca falei isso com ela, não sei se por falta de oportunidade ou por acreditar que nosso tempo juntas não teria fim.

Meus avós voltaram para a cidade no final da década de 1990; morei com eles por um tempo. Fui neta, afilhada e filha de coração. Minhas lembranças afetivas com eles são cheias de sabores, cheiros, cores, sons e aconchego. Ainda hoje, sinto o gosto do stroganoff de batata que ela preparava, o cheiro do talco que insistia em usar até não o encontrar mais nos mercados. Os sons se misturam, mas gosto de lembrar das risadas que compartilhávamos ao jogar cartas. Fecho os olhos e sinto os afagos.

**Figura 3** – Na sequência: Minha avó, eu (no seu colo), meu avô e dois dos meus irmãos. Fotografia do início da década de 1990 no jardim da casa situada no Povoado do Spínola - BA





**Fonte:** Arquivo da autora (2025).

Nossa última “corrida” juntas foi no Natal de 2022, quando a coloquei em uma cadeira de rodas e a embalei na beira do mar, como ela pediu, sob a brisa e o vento que balançavam seus cabelos alvos, como nuvens no céu.

Na ocasião, em uma de nossas últimas conversas, ela confidenciou que sonhava em retornar ao Spínola, mesmo que fosse por um breve momento, para reviver o que lá havia vivido. Compartilhei com ela a reciprocidade desse sentimento, despedimo-nos e tive a certeza de que ainda teríamos muito tempo pela frente para retomar a conversa.

Minhas memórias me levam a uma data posterior a essa conversa. Retorno ao dia 27 de maio de 2021, quando meu avô partiu. Voltava de viagem e, ao chegar à cidade onde morávamos, encontrei minha avó ao lado do caixão. Desde as primeiras horas da manhã, ela permanecia ali, imóvel, encolhida, frágil como nunca a havia visto. Quando me aproximei, ela ergueu-se, segurou minhas mãos e disse: “Seu avô não está mais aqui, mas continuará conosco em nosso coração”. Nos abraçamos. Choramos. E ficamos lado a lado até o último instante, de mãos dadas, acompanhando o ritual da despedida.

A partir daquele dia, tornou-se evidente que minha avó se mantinha introspectiva e profundamente entristecida. Era o luto pela perda do companheiro com quem havia sonhado e construído “a vida que quis ter”, como sempre fazia questão de enfatizar. Ela tinha o hábito de registrar suas memórias em papéis avulsos, guardando-os em arquivos no escritório da casa onde vivera por décadas ao lado de meu avô. Quando se mudou para morar com meu pai, os

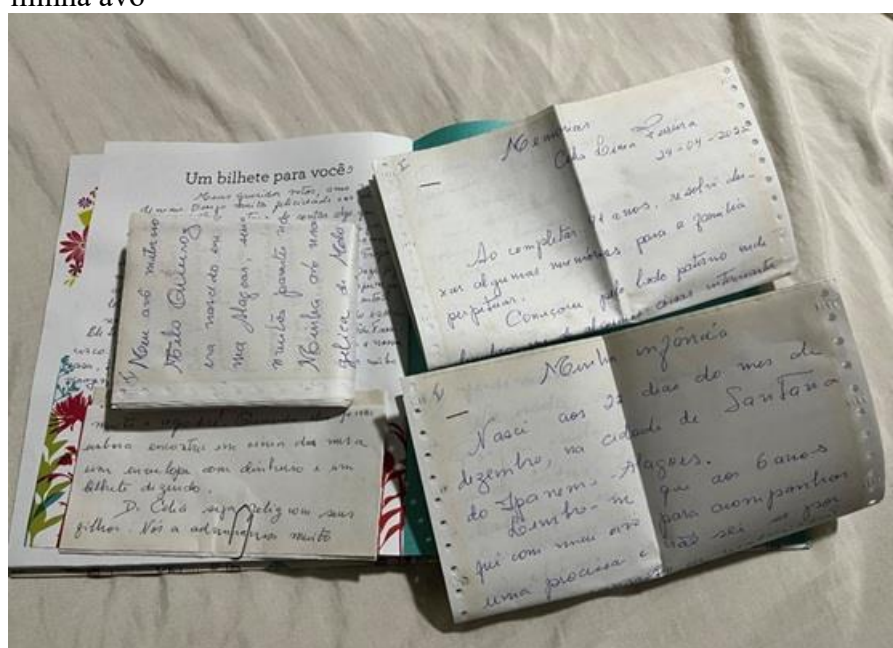




arquivos ficaram para trás, mas os papéis que refletiam suas lembranças, permaneceram com ela.

Sugeri, então, que transformássemos aquelas recordações em um diário. Presenteei-a com um caderno e, aos poucos, íamos reunindo ali suas palavras, seus afetos e suas histórias. Era uma maneira de manter vivas memórias que significavam tanto para nós. Eu aprendia enquanto ela revivia; juntas sentíamos saudade, e juntas a elaborávamos: chorando, rindo, permanecendo uma na companhia da outra.

**Figura 4** – Registro fotográfico parcial de anotações avulsas (memórias) e diário escrito por minha avó



Fonte: Arquivo da autora (2025).

No dia 1º de janeiro de 2023, foi a vez de ela partir. Passei a noite, a madrugada e a manhã inteira ao lado de seu corpo, assim como a vi fazer com meu avô. Chorei sem medida, sem palavras, sem conseguir dar forma ao que sentia. No fundo, eu sabia: minhas lágrimas eram o pedido silencioso de ainda ser guiada por suas mãos. Agora, sem ela, restava-me apenas seguir, apesar da ausência física que pesa hoje como naquele dia.

Na minha cabeça, sempre haveria um amanhã com ela. Mas naquele primeiro dia do ano de 2023, o nosso futuro juntas se desfez. Ficaram as lembranças, os ecos do passado e as memórias partilhadas por todos que conviveram com ela.

Entre os objetos que ficaram, guardei o diário que ela escrevia desde a morte do meu avô. Demorei a abri-lo, temendo que cada palavra me conduzisse ao lugar da saudade sem





retorno. E assim foi. Mas, ao lê-lo, descobri também a vida dela pelos olhos dela. Vi a força de suas escolhas, a coragem de reinventar a própria existência.

Entendi, então, que minha tarefa era ressignificar o luto. Aceitar que o amor e as memórias que ela deixou podem, de alguma forma, inspirar outras pessoas, assim como continuam a inspirar a mim.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Maria Leda Ribeiro de; ALMEIDA, Stela Borges de. Escola Normal de Feira de Santana: fonte para o estudo da história da educação. **Sitientibus**, Feira de Santana, v. 24, p. 9-30, jan./jun. 2001. Disponível em:

<https://ojs3.uefs.br/index.php/sitientibus/article/view/8772>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BECKER, Márcia Regina; BARBOSA, Carla Melissa. Sororidade em Marcela Lagarde y de los Ríos e Experiências de Vida e Formação em Marie-Christine Josso e algumas reflexões sobre o saber-fazer-pensar nas Ciências Humanas. **Coisas do gênero: Revista de estudos feministas em teologia e religião**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 243-256, 2021. Disponível em:

<https://revistas.est.edu.br/genero/article/view/453>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.530, de 20 de agosto de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1946. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del8530.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8530.htm). Acesso em: 23 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.121, de 31 de agosto de 1962**. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Brasília, DF: Presidência da República, 1962. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4121.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm). Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] (Lei Maria da Penha). (Redação dada pela Lei nº 15.212, de 2025). Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 10 ago. 2025.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e educação**: figuras do indivíduo-projeto. Natal: EDUFRRN, 2008.

GUEDES, Rayane Silva; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A presença das mulheres na história da educação no Brasil. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 70, p. 167-189, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/67213>. Acesso em: 15 ago. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN.

**Parteiras Tradicionais do Brasil**. Brasília, DF: IPHAN, 2021. Disponível em:

<https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/aberta-consulta-publica-sobre-os-saberes-e-praticas-das-parteiras-tradicionais-do->





[brasil/Dossi\\_ParteirasTradicionaldoBrasil\\_diagramadoparadivulgao\\_compressed.pdf](#). Acesso em: 10 ago. 2025.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

RAMOS, Margarita Danielle. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, abr. 2012. DOI: 10.1590/S0104-026X2012000100004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PSxRMLTBcrfkf3nXtQDp4Kq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOBREIRA, Dayane Nascimento; CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. Feminismos rurais: debates e diálogos em torno de um conceito. **Mediações**, Londrina, v. 30, p. 1-17, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mediacoes/a/Y36mkLCtfSqfKSJcCMqVG7x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2025.

LORENZI Harri; SOUZA, Hermes Moreira de. **Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2005.





<b>Informações do Artigo</b>	<b>Article Information</b>
<b>Recebido em:</b> 25/08/2025 <b>Aceito em:</b> 08/11/2025 <b>Publicado em:</b> 04/02/2026	<b>Received on:</b> 25/08/2025 <b>Accepted in:</b> 08/11/2025 <b>Published on:</b> 04/02/2026
<b>Conflitos de Interesse</b> A autora declarou não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmico, político e financeiro referente a este manuscrito.	<b>Interest conflicts</b> The author declared that there were no conflicts of interest of a personal, commercial, academic, political, or financial nature relating to this manuscript.
<b>Como Citar este artigo - ABNT</b> FERREIRA, Claudia Suely Barreto. A história de minha avó e a força feminina que transcende o tempo. <b>Revista Macambira</b> , Serrinha (BA), Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 10 n. 2 (2026), e102006. DOI: <a href="https://doi.org/10.35642/rm.v10i2.1752">https://doi.org/10.35642/rm.v10i2.1752</a>	<b>How to cite this article - ABNT</b> FERREIRA, Claudia Suely Barreto. The story of my grandmother and the feminine strength that transcends time. <b>Revista Macambira</b> , Serrinha (BA), v. 10 n. 2 (2026), e102006. DOI: <a href="https://doi.org/10.35642/rm.v10i2.1752">https://doi.org/10.35642/rm.v10i2.1752</a>
<b>Licença de Uso</b> A Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, mesmo que comercialmente, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.	<b>Use license</b> The Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License (CC BY 4.0). This license allows sharing, copying, redistributing the manuscript in any médium or format. In addition, it allows adapting, remixing, transforming and building on the material, even commercially, as long as due credit for authorship and initial publication in this journal is attributed.